CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER Nº 1029/73

Aprovado por Deliberação

em 30/5/1973

PROCESSO CEE Nº 2588/72

INTERESSADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

ASSUNTO - Isenção de recolhimento das contribuições do Salário-Educação.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

RELATOR - CONSELHEIRO PAULO GOMES ROMEO

HISTÓRICO:

Em requerimento dirigido à Senhora Secretária da Educação, foi solicitado pela Prefeitura Municipal de Itatinga fosse baixado ato reconhecendo a isenção de contribuição do salário-educação, referente aos empregados (CLT) daquela Prefeitura.

Os órgãos técnicos da Secretaria foram contrários ao pretendido pela Prefeitura, face à legislação vigente.

Remetido o processo para exame deste Colegiado, foi encaminhado à CLN.

Este o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

Em inúmeros pareceres, o Conselho tem confirmado a doutrina que ^{estão} "os órgãos públicos não/isentos da contribuição do salário-educação, quanto aos seus empregados admitidos pela CLT", doutrina, aliás, consubstanciada no parecer do Sr. Procurador Geral da República e aprovada em 14.08.65 pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

CONCLUSÃO:

Assim sendo, Voto:

Pelo não atendimento do pedido do Sr. Prefeito Municipal no sentido da isenção da contribuição do salário-educação.

São Paulo, 20 de novembro de 1972

a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Relator

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Jair de Moraes Neves, Moacyr E. Vaz Guimarães, Oswaldo A. Bandeira de Mello e Paulo Gomes Romeo.

Sala das sessões, em 13 de 1972

a) Conselheiro MOACYR E. VAZ GUIMARÃES - Presidente

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1972

a) Conselheiro Moacyr Expedito Vaz Guimarães-Presidente

Aprovado em Sessão Plenária de 30 de maio de 1973, com a seguinte emenda aditiva, de autoria do Sr. Relator:

"O Voto do Relator foi redigido em 30 de outubro de 1972, e aprovado na Comissão de Legislação e Normas em 13 de novembro de 1972.

Posteriormente, conforme se lê a fls. 1912, do Diário Oficial da União, Seção I - Parte I, de 20 de fevereiro de 1973, o Sr. Procurador Geral da República, em Parecer aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, concluiu que a União, os Estados, os Municípios, os Territórios e suas autarquias não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição do Salário-Educação.

Nestas condições, a Prefeitura interessada deve tomar conhecimento do citado Parecer".

Sala "Carlos Paaquale", 30 de maio de 1973

a) Alpínolo Lopes Casali - Presidente